

sem texto na margem superior desta página; início da ata a partir desta linha.

ATA DA 13ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC – 06 de março de 2015

---

Aos seis dias do mês de março do ano de 2015, às 9h, na sede do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, situada à Av. Ramiro Colleoni, 05, Santo André (SP), realizou-se a Décima Terceira Assembleia Geral Extraordinária, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Rio Grande da Serra, LUIS GABRIEL FERNANDES DA SILVEIRA, com as presenças dos Excelentíssimos Senhores Prefeitos dos Municípios de Santo André, CARLOS ALBERTO GRANA; São Bernardo do Campo, LUIZ MARINHO; de São Caetano do Sul, PAULO NUNES PINHEIRO; de Diadema, LAURO MICHELS SOBRINHO; de Mauá, DONISETE BRAGA e da vice prefeita de Ribeirão Pires, LEONICE MOURA. Presentes também os assessores regionais de São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, além do Secretário Executivo da Presidência, Luis Paulo Bresciani. INÍCIO – O Presidente Gabriel abriu os trabalhos saudando a todos os presentes e agradecendo a presença do Sr. Vicente Andreu, presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), da Deputada Estadual Ana do Carmo, do Sr. Vicente Trevas, Secretário Adjunto de Relações Internacionais e Federativas da Prefeitura de São Paulo, representando o Prefeito Fernando Haddad. O Presidente informa que o motivo da visita do Sr. Vicente tem por objetivo apresentar um breve relato de cada município sobre a atual situação e as suas preocupações, como por exemplo, a reversão da água do Rio Tietê para a represa Billings. Relata que em seu município, o Governo Estadual anunciou a ampliação do uso do Braço Rio Grande, com aumento da capacidade de produção da ETA Rio Grande e a reversão de águas para Represa Taiaçupeba, e isso demandaria a utilização das águas do corpo central da Billings, que se apresenta gravemente poluído e com a presença de sedimentos contaminados no fundo do reservatório. Além disso, sua preocupação é também com a falta de transparência por parte do Governo do Estado no que diz respeito à crise hídrica. Defende a necessidade de criação de um anel das águas (anel hidroviário) para integrar as bacias e compensar as dificuldades dos reservatórios mais críticos com as águas de outros em melhores condições, mas lembra que isso deve ocorrer sem prejuízo aos reservatórios. Em seguida, passa a palavra aos demais prefeitos para exporem suas preocupações. O Prefeito Luiz Marinho inicia saudando a todos e colocando sua preocupação em saber se haverá, em algum momento, transferência do Rio Pinheiros para manter o nível da Represa. E se há segurança quanto à qualidade da água de uma parte mais suja do reservatório para uma parte mais limpa e principalmente a qualidade da água fornecida à população. Fala da sua preocupação, aparentemente as obras emergenciais têm outras alternativas que poderiam ser lançadas, como por exemplo, o aproveitamento da água da chuva. Solicita uma orientação do Sr. Vicente no sentido de criar esse debate. O Prefeito Carlos Grana diz que sua preocupação é com o reuso do aquapolo. Foram feitas algumas tentativas, mas o preço da água de reuso está 20% mais cara que a água potável. Informa que em Santo André está sendo construída uma estação de tratamento que irá mudar a economia da cidade em 25%, com captação de 5% da água da chuva, e também há um debate para liberação do poço artesiano, mas para isso precisamos ter água para captar. O Prefeito Paulo Pinheiro agradece a presença do Sr. Vicente, e fala que São Caetano do Sul é dependente 100% do sistema Cantareira e entende que se essas águas que caem no Tietê e Tamanduateí fossem armazenadas na

Billings, nessas horas de necessidade seria possível atender toda a Grande São Paulo. A Vice-prefeita de Ribeirão Pires, Leonice Moura, informa que seu município é abastecido tanto por Ribeirão da Estiva quanto do Sistema Rio Claro e além disso possui muitas nascentes, mas acredita que a água depende da preservação do meio ambiente, destacando a necessidade de se preservar a fauna e a flora, além do controle do desmatamento que é de suma importância. Sua outra preocupação é com relação a um bairro que faz divisa com Rio Grande da Serra, do qual é despejado 100% do esgoto na área de manancial, dificultando a utilização da água para consumo. Defende a proteção dos mananciais para viabilizar o uso da água. O Presidente agradece a presença do Deputado Luis Fernando, presente também na reunião. O Prefeito Donisete Braga fala que seu município tem pensando muito sobre transformar a água de reuso para fornecer ao polo petroquímico e também para as indústrias da região. A grande fragilidade é a ação compartilhada, especialmente na região metropolitana e nós estamos a mercê de um debate com falta de ação. Pede a mediação do Sr. Vicente juntamente com os demais prefeitos e sobre as condições para um planejamento em sintonia com o Governo do Estado, a fim de solucionar os problemas atuais. O Prefeito Lauro agradece a presença do Sr. Vicente e diz que atualmente seu município é abastecido pela SABESP, e por isso tem sofrido com a falta de informação. No momento não há o rodízio, mas sim a falta de água. Possui 2 reservatórios grandes, acredita ser a única cidade da região a completar os reservatórios, e além disso, estão trabalhando numa nova linha da adutora jogando água para Americanópolis, na região sul de SP. A sua preocupação é com relação à Billings, pois a quantidade de algas e o mau cheiro naquela região é ruim. Por isso, acha que deve ter uma medida em conjunto. Com a palavra, o Sr. Vicente Trevas, justifica a ausência do Prefeito Fernando Haddad, que não pode comparecer devido a outro compromisso no mesmo horário, mas fez questão da sua representação. Relata que essa crise está revelando a fragilidade da governança institucional e está explícita a iniciativa dos prefeitos, através do Consórcio. Na última reunião do comitê de crise, foi proposta a sua constituição com a representação dos prefeitos e sem dúvida a melhor maneira é através dos consórcios públicos. Hoje, os 39 municípios da Região Metropolitana são associados e certamente teríamos mais dificuldades se não tivéssemos os consórcios à frente dessas questões. Observa que após a instalação do comitê da crise, os prefeitos estão afirmando a necessidade de pactuar uma gestão da crise. É outra questão importante que reforça a ideia de termos que levar a sério a criação de um plano de contingência, sendo este um grande instrumento para enfrentar a crise e até para que possa agregar essas iniciativas relatadas pelos prefeitos. E o terceiro ponto, que já foi falado, é a batalha da comunicação, levando as informações à sociedade juntamente com as orientações e um plano de comunicação para disseminar as informações necessárias para enfrentar a crise e assim criar uma gestão da crise. A Deputada Ana do Carmo cumprimenta a todos e diz que esse debate e a situação que São Paulo e ABC vem passando é muito grave. Recorda que os ambientalistas, na época de 88 e 89, já previam que isso poderia vir a acontecer principalmente por conta do desmatamento que começou a acontecer no ABC, especialmente em São Bernardo do Campo, sem nenhum critério e planejamento, acabando com as nascentes e áreas de mananciais. Diz que faltaram investimento e responsabilidade do nosso governo, não só pelo desperdício, mas também na questão dos investimentos que não são transparentes e claros. Diz ser uma luta de todos e

parabeniza os prefeitos pela discussão desse tema, colocando-se à disposição para ajudar no que estiver ao seu alcance e responsabilidade. O Deputado Fernando inicia saudando a todos, diz que vê algumas discussões que precisam feitas, especialmente pelos prefeitos, primeiramente sobre a possibilidade de multar o consumidor, e segundo sobre a necessidade de ter um plano de contingência, dado que se isso tivesse sido feito no passado, hoje teríamos um controle maior da crise. E a outra é o que se pretende fazer com a Billings. Na sua visão isso não seria viável, visto que talvez este seja o único reservatório com boa capacidade e que além disso, abastece todo o Grande ABC, baixada e SP. Informa que os deputados da região estão planejando realizar uma audiência pública para debater essa questão da Billings e aproveita o ensejo para se colocar à disposição do Consórcio e de todos os prefeitos. O Secretário de Meio Ambiente, João Ricardo Caetano, expõe ao Sr. Vicente algumas questões que vêm sendo destacadas nas reuniões. Faz um breve resumo sobre a instalação do comitê de crise e relata a resistência da criação do plano de emergência, mas que, por fim, foi anunciado que seria apresentado em 1 mês, porém, após esse prazo, foi criado um decreto que institui uma comissão para criar o plano de emergência com a participação de uma pessoa de cada município. Relata que além de todas as preocupações relatadas pelos prefeitos, nos preocupa também o envolvimento do nosso reservatório para resolver o problema de abastecimento da região metropolitana, sem as informações devidas e seus impactos. Com a palavra, o Sr. Vicente agradece o convite e cumprimenta a todos. Inicia dizendo que a percepção é de que a crise não acabou. Primeiramente, é preciso uma avaliação adequada do que é possível fazer durante o processo de crise e entender que o balanço se dá quando ela encerrar e conforme ela encerrar. Destaca que, se voltar a chover no mês de março, essa crise vai ter um desdobramento e a preocupação política social tende a caminhar numa direção dependendo de como a crise caminhará. Diz ainda que, como não acabou, se chover, a tendência é esquecer esse processo todo, o que não deve acontecer. Mesmo chovendo, é importante tratar de algumas questões, como a fragilidade do sistema, a governança e planejamento, a ausência de informações. Essa crise não é uma surpresa, mas as pessoas não conhecem papéis e regras e essa dificuldade faz com que se busque uma solução pontual sem conhecer o conjunto de regras. Há uma separação muito grande do que é o sistema de água regulado pela ANA e DAEE – reservatórios - e a separação com relação ao sistema de saneamento que acaba sendo, por parte dos prefeitos, a maior preocupação. Relata que a experiência de consórcio público pode trazer alternativas que garantam aos prefeitos as informações necessárias durante esse processo, para que a agência reguladora preste as informações necessárias da forma devida e não da forma como vem sendo tratada. Isso fica mais agravado. E em sua opinião, o desconhecimento das regras por parte do governo, que apresenta ter preocupação somente com a Sabesp e todas as estratégias apresentadas tendem a caminhar em base na preocupação com a Sabesp, sendo que deveria ser o contrário. Por exemplo, os planos apresentados pelo Estado que prevê a racionalização pela Sabesp. Não se tem um planejamento de natureza estadual e sim empresarial. O sistema Cantareira em particular é um sistema híbrido, são 5 reservatórios que passam de federal para estadual e assim por diante, sucessivamente, fazendo com que haja uma despreocupação e desvalorização. Nunca faltou aviso, faltou capacidade institucional de tomar uma decisão, pois os reservatórios ora são federais ora são estaduais. No meio dessa confusão é difícil entender claramente quais

são os papéis de cada um. O saneamento é regido pela Lei 11445. O Brasil fez uma opção na qual temos sistema de água, de água bruta e de saneamento. Estas questões estão na legislação e na competência do Sistema de Saneamento cuja Agência reguladora, no caso de São Paulo é a CESP (Companhia Energética de São Paulo). Portanto, quem tem que se manifestar sobre esta questão é a CESP. Há de se tomar cuidado para tocar esse procedimento, pois há de criar responsabilidades que não são dessa natureza. Não ter um plano de contingência beira o inacreditável. Sobre a questão do rodízio de água, o reservatório não está com 12%, está com -17% em relação ao seu volume útil. Seria importante que esses números fossem mais esclarecidos, porque ao divulgar 12% transmite uma sensação diferente da real capacidade do reservatório. Com relação às decisões sobre rodízio e a operação do sistema de abastecimento, não o dos reservatórios, é uma questão exclusiva do operador de saneamento da Sabesp. Essas questões são deles, não temos nenhuma opinião a esse respeito. O que temos insistido há muito tempo, desde fevereiro de 2014, é que deveríamos operar o sistema com medidas mais restritivas do que as que foram adotadas. Qual é o objetivo? Nós não sabíamos como estaríamos hoje, assim como não sabemos como estaremos em 2016. É muito prudente que se apresentem medidas mais restritivas e se for o caso, como foi aqui, inclusive, discutir com os prefeitos e usuários se eles desejam essas medidas ou não. Mas, não tê-las adotado no passado e agora com a consistência da crise, evidentemente reduz a quantidade de água do Estado. Com relação à transferência da água para a Represa Billings e prejudicar a água devemos ter uma discussão central por parte dos prefeitos do Consórcio. E exigir que todas as garantias para a qualidade da água sejam observadas. O fato da Billings ter geração de energia elétrica obriga a participação da Agência. Essa questão foi levantada e a reunião aconteceu há cerca de 30 dias envolvendo o operador nacional de sistema, ANA, o Secretário de Energia de São Paulo, o Secretário de Recursos Hídricos, o presidente da EMAE, o superintendente da DAEE e o presidente da Sabesp, onde chegou-se a um acordo de que havendo condições e água nesse reservatório que está em um nível de segurança elevado comparado aos demais é possível a geração hidrelétrica. Chegou-se ao acordo de que os dois usos podem ser atendidos adequadamente através de regras operacionais. Em sua opinião algumas questões podem ser ajustadas no âmbito do Consórcio e da regulação. Sugere que as soluções municipais são boas, mas serão sempre complementares e não soluções estruturantes para a questão da água na região metropolitana. Recomenda ao Consórcio desenvolver a idéia da preservação de mananciais. Encerra agradecendo a todos os prefeitos. Com a palavra, o Secretário João Ricardo propõe aos prefeitos duas manifestações, a primeira seria uma nota pública sobre a crise de abastecimento que será divulgada pelo Consórcio e após o encontro será protocolada também junto à Sabesp. E a outra, a solicitação de esclarecimentos à CETESB quanto às dúvidas sobre a transposição das águas do Rio Pinheiros para a Represa Billings. Os prefeitos pedem questionamentos se haverá, em algum momento, transferência do Rio Pinheiros para manter o nível da Represa. Se há segurança quanto à qualidade da água de uma parte mais suja do reservatório para uma parte mais limpa. E se há segurança quanto à qualidade da água fornecida à população. Deliberação: aprovado por todos os prefeitos o envio da nota pública e dos ofícios. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu novamente a presença do Sr. Vicente Andreu e de todos os presentes. Deu por cumprida a ordem do dia e encerrou a Assembleia

Extraordinária, às 11h30, cuja ata, após lida e achada conforme, vai assinada pelos Excelentíssimos Senhores Prefeitos. Eu, Luis Paulo Bresciani, Secretário Executivo da Presidência, digitei, conferi e assino abaixo. -----  
Região do Grande ABC, em 06 de março de 2015. Prefeitos signatários, presentes na 13ª Assembleia Geral Extraordinária.

LUIS GABRIEL FERNANDES DA SILVEIRA  
PRESIDENTE  
Prefeito do Município de Rio Grande da Serra

LUIZ MARINHO  
VICE PRESIDENTE  
Prefeito do Município de São Bernardo do Campo

CARLOS ALBERTO GRANA  
Prefeito do Município de Santo André

PAULO NUNES PINHEIRO  
Prefeito do Município de São Caetano do Sul

LAURO MICHELS  
Prefeito do Município de Diadema

DONISETE BRAGA  
Prefeito do Município de Mauá

LEONICE MOURA  
Vice Prefeita do Município de Ribeirão Pires

LUIS PAULO BRESCIANI  
Secretário Executivo da Presidência

---

Nota: Abaixo da linha supra não fazem parte quaisquer termos constantes na Ata da 13ª Assembleia Extraordinária do Consórcio Intermunicipal Grande ABC.